

INFORME CORECON

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia - 1ª Região do Rio de Janeiro - nº 41 - setembro - 1992

O "Day after" do Impeachment

Diante do previsível desfecho do governo Collor, economistas analisam as alternativas de um Brasil presidido por Itamar Franco.

Páginas 3 e 4

**Renovação do
Conselho em
Outubro**

Página 12

**Liberalização
não agrada
a ninguém**

Páginas 6,7 e 8

**Crescimento
e
Estabilidade**

Páginas 9 e 10



IMPEACHMENT:

A posição dos economistas

Conselho Federal de Economia

O Conselho Federal de Economia e os presidentes dos Conselhos Regionais de Economia reunidos em Brasília nesta data, diante dos resultados inequívocos expressos pelo relatório da CPI do caso PC Farias, dirigem-se ao Presidente do Congresso Nacional, senador Mauro Benevides, ao Presidente da Câmara dos Deputados, deputado Ibsen Pinheiro, e à nação brasileira para afirmar:

1. Os economistas brasileiros, como parte da Sociedade Civil, também se sentem indignados e convencidos de que as contundentes

denúncias apuradas pela CPI constituem motivo mais do que suficiente para o *impeachment* do Presidente da República, que perdeu totalmente a credibilidade para o exercício de suas funções, levando ao risco de - com sua permanência - degradar irreversivelmente as instituições.

2. O restabelecimento das condições mínimas de governabilidade exige uma rápida solução, que restaure os padrões éticos indispensáveis nas relações entre a Administração e os agentes econômicos, assegurando o pleno controle da Sociedade sobre o

governo, sem qualquer tipo de tutela, civil ou militar.

3. Um novo comportamento ético na esfera pública é condição indispensável para a erradicação da miséria, da ignorância, da violência e do intolerável processo de concentração de renda, de riqueza e de poder em que o País encontra-se mergulhado, que constituem a base e sustentação de governos desvinculados da Sociedade.

4. Os projetos de "modernização" e de reinserção do Brasil no âmbito internacional devem ser revistos e conduzidos por processos verdadeiramente democráticos,

que assegurem a efetiva retomada do desenvolvimento com soberania, única forma possível de superar a crise econômica e suas brutais consequências sobre o conjunto da população.

5. A Nação espera e exige punição exemplar para todos os infratores, incluindo o ressarcimento ao Erário dos danos causados, sem prejuízo das demais condenações que lhes possam ser imputadas. Resgatar a ética na política é condição básica para o pleno exercício da cidadania de todos os brasileiros.

Brasília, 25 de agosto de 1992.

Federação Nacional dos Economistas

A Federação Nacional dos Economistas manifesta seu apoio ao relatório da CPI, acreditando que já existem provas suficientes do envolvimento do Presidente da República no "esquema PC". Considerando a urgência de restabelecer a moralidade e a ética no País, a FENECON posiciona-se favorável a solicitação de *impeachment* do Presidente Collor e a que seja constituído um governo de coalizão das forças progressistas do país.

A FENECON tem a esperança de que sejam punidos os culpados por crimes de corrupção, não somente aqueles que hoje estão na CPI - PC, mas, com igual empenho, aqueles que, em

governos passados, ocasionaram danos ao patrimônio público. E ainda mais: que se criem mecanismos para a sociedade fiscalizar e punir novas tentativas de abuso no exercício do poder.

É preciso lembrar que o "tráfego" de influências se faz em mão dupla, e que, portanto, devem ser punidos também aqueles que receberam privilégios.

A economia brasileira não pode mais ficar refém das crises morais e políticas. Assim, a FENECOM defende que se façam os ajustes estruturais necessários a retomada do desenvolvimento econômico e que o princípio da descentralização seja o norteador da Reforma Fiscal.

A incapacidade das elites brasileiras gerirem um novo projeto hegemônico para o país nos torna prisioneiros de uma crise que vem causando o empobrecimento crescente de nosso povo, ao mesmo tempo em que propicia a concentração de renda em favor dos setores oligopolistas, os quais impõem suas regras e conseguem aumentar sua participação na renda nacional, em detrimento da maioria da população brasileira.

Faz-se necessário retomar o caminho do desenvolvimento econômico e oferecer ao nosso heróico povo mais do que simples esperança de dias melhores.

Delson Luiz Martini
Presidente.

IX ENE

I diante do quadro político deplorável e dos resultados contestáveis do relatório da CPI do caso PC Farias, os Economistas, durante a realização do IX ENE - Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste, democraticamente exigem das autoridades da região, Senadores, Deputados Federais e Governadores, que ouçam o clamor do povo e da Nação, e que se posicionem a favor do *impeachment* de maneira inequívoca, pondo os interesses da Pátria acima de seus interesses pessoais, bem como pressionem por uma punição exemplar para todos os envolvidos.

Achamos ainda que a rápida solução desse problema possibilitará que a Nação encontre condições para construção de um novo padrão de desenvolvimento, que resgate a soberania da política econômica e atenda aos interesses da maioria da população.

Natal, 11 de setembro de 1992.

CORECON/ Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. Av. Rio Branco, 109/19º andar, Rio de Janeiro, CEP 20054-900. Tel.: (021) 224-0578. **Presidente:** Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro Lessa. **Vice-Presidente:** Maurício Buzanovsky. **Conselheiros Efetivos:** Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, Luís Otávio de Figueiredo Façanha, Luís Carlos Pires de Araújo, Hélio Oliveira Portocarrero Castro, Ignácio de Moura Rangel, Sidney Pascouito da Rocha. **Conselheiros Suplentes:** Aírton de Albuquerque Queiroz, Lia Hasenclever, Eduardo Luiz de Mendonça. **Secretaria Executiva:** Duvit Regis Kirschbaum. **Secretaria de Fiscalização:** Luiz Sérgio Ribeiro. **Delegacia Regional de Campos:** Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49. Tel.: (0247) 23-833. **Biblioteca Eginardo Pires:** bibliotecária Ângela Peixoto.

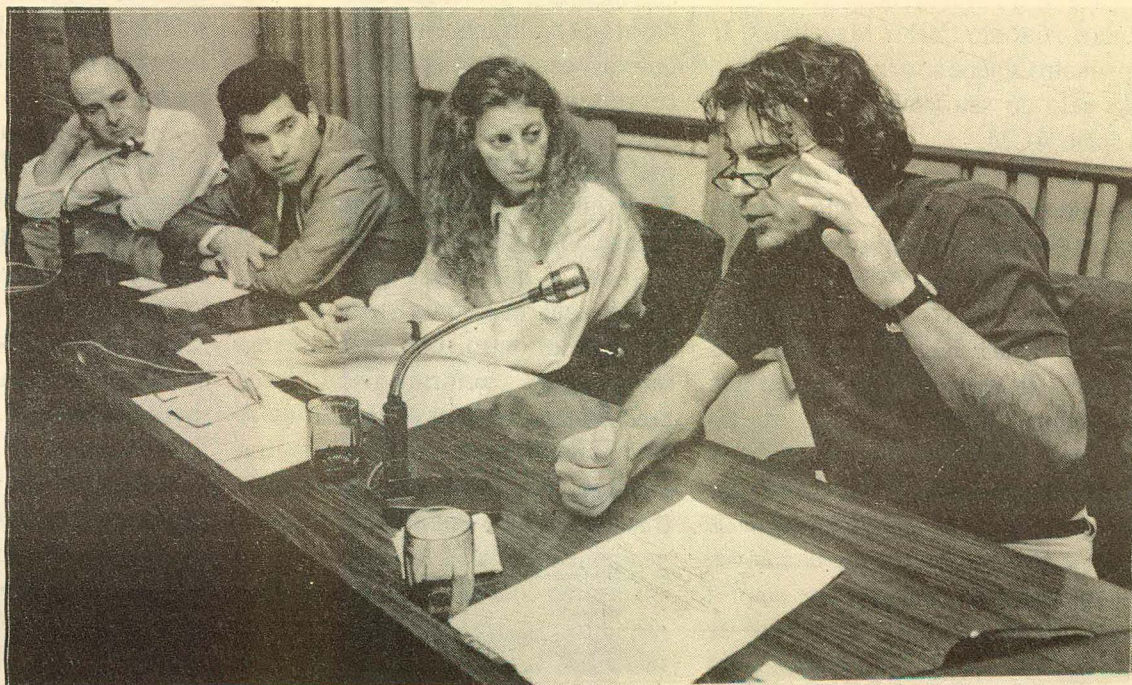
INFORME CORECON / Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro - Editora e Jornalista Responsável: Deolinda Saraiva (MT -14109). **Diretor Responsável:** Márcio Henrique M. de Castro. **Conselho Editorial:** Cláudio Considera, Ignácio Rangel, José Clemente de Oliveira, José Márcio Camargo, Marcelino José Jorge, Márcio Henrique M. de Castro, Silvano da Silva Cardoso, Winston Fritsch.

Coordenação e Edição: Frilas Serviços Jornalísticos Ltda.; Tel.: (021)220-5444. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Luiz Bello. **Fotografia:** Floriano Vieira. **Fotolito e Impressão:** Monitor Mercantil. **Tiragem:** 20.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal.

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição do CORECON/RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

O Cenário Pós-Impeachment

No debate sobre momento atual, promovido pelo CORECON e Clube de Engenharia, a questão em evidência foi o despertar da cidadania expresso nas manifestações de rua pelo *impeachment* do presidente Collor e as perspectivas para um novo governo. As três visões dos debatedores - economistas Clarice Pechman, Luiz Ribeiro Soero e José Luiz Fiori - estão a seguir resumidas:



Existem três questões que merecem ser tocadas. Nós vimos manifestações com traços surpreendentemente inovadores, até mais do que na "Diretas Já", mas a minha pergunta é: o quanto é duradoura? Ela tem uma solidez real, capaz de gerar uma barreira de resistência, no sentido de consolidar as instituições democráticas e evitar o retorno de práticas como as vistas atualmente?



José Luiz Fiori

A atuação do sr. Paulo Cesar Farias já era bastante conhecida em todas as rodas de políticos, o que significa que essas práticas são, infelizmente, comuns. Eu não posso deixar de questionar se existe algum interesse político por trás disso tudo, e quais seriam.

A segunda questão é: esses jovens agregados em torno do presidente acabaram sendo objetos desse ataque por excesso? Porque foram com muita sede ao pote? Porque eram marginais, no sentido de serem muito jovens para os cargos? Com as recentes mudanças ministeriais o que estamos assistindo é a volta do velhos barões ao controle da situação.

Mas eu não estou certo de que seja apenas isso. Temo que seja algo mais grave. Se o fenômeno PC Farias, Collor e etc seria menos um excesso juvenil, uma precipitação jacobina, e mais a manifestação de um salto qualitativo, de um processo de degenerescência ética dos estados situados em capitalismo extrativos, que entraram em crise profunda, e, portanto refizeram a própria visão das elites do seus estados.

Uma coisa é esses jovens terem se excedido, outra é que esses estados já estejam tão perpassados por práticas de manejo de recursos públicos, que nos estejam aproximando de forma estrutural de um fenômeno que hoje vemos se repetir em países mais pobres do que nós e mais ricos. A impressão que se tem, pegando o exemplo da Itália, é de que a combinação de uma opção muito precoce, por essa estratégia liberal radical, o que até pouco tempo se pensava fosse um fenômeno siciliano, hoje mostra-se um fenômeno romano, milanês, envolveu toda a Itália.

Ao assumir, o vice deverá estar aberto a um leque de alternativas, que vai desde as propostas defendidas por Lula ao Paulo Maluf. É como se estivéssemos voltando à estaca zero. Não é uma mera troca administrativa. Estamos diante de uma situação excêntrica, em que o vice-presidente aceita articulações com qualquer um. Na verdade, nós estamos caminhando

para um novo governo.

A imprensa divulga quatro cenários de governo. O primeiro, a idéia de uma renovação da aliança democrática de 1985. Eu considero esse cenário fora de propósito. Até porque estamos em um período eleitoral, e pelo fato de que esses movimentos de rua deixarão a sua marca no governo do vice Itamar, já que será um mandato fraco, onde a maior força do presidente será a de ser um homem bom, não um homem fisiológico.

Outro cenário seria o do governo de união nacional. Também não acredito. Por duas razões: uma eleitoral e outra, como disse Delfim Neto, porque um consenso desse tamanho só pode ser muito ineficiente. Nessa hora alguém vai ter que ganhar.

O que sobra é o que se está falando na praça. Uma espécie de governo de notáveis, que deveriam fazer voto de pobreza, castidade e sanção política. Porque não basta ser notável. Tem que ser alguém que não queira se eleger em 94, que seja suficientemente estável financeiramente, para não ter nenhuma possibilidade de roubar; de preferência casto, para evitar possíveis escândalos sexuais; e que forme uma espécie de conselho de homens bons, sábios. Eu não acredito que, no momento, existam tantos homens bons no país, sem ambição.

O formato mais redondo seria o de um governo de homens como Adib

Jatene, que não tenham mandatos e que não queiram ter, que sejam apoiados pelos grandes caciques e que deveriam sair de uma espécie de recorte dentro do que foi a velha aliança democrática, das alas mais ético-reformistas, pelo PMDB, e da ala mais ético-modernista do PDT.

Eu faço uma provocação: esse governo de notáveis, distantes dos caciques, vivendo em base de equilíbrio, assentado no jogo de competição dos grandes caciques. E sem ter uma base parlamentar orgânica, se não montada de projeto em projeto. Não era isso exatamente o que o presidente Collor queria?

O governo Collor teve duas fases: a primeira, que eu chamaria de Jacobina, na tentativa de reforma liberal da economia brasileira, que vai de abril de 90 a abril de 91; a segunda, cabalisticamente vai de abril de 91 a abril de 92. Esse seria o período girondino, onde ele não mudou a sua percepção, mas mudou a composição dos seus auxiliares, numa versão mais "soft".

É uma coisa importante para se pensar, o destino do Itamar. De novembro de 91 a abril de 92, talvez tenha sido o período de melhor desempenho do governo Collor. E começa a era Marcílio, quase primeiro ministro. Neste momento em que a estratégia girondina do presidente estava começando a funcionar, essa reforma ministerial foi o verdadeiro abraço de morte do presidente. O ataque

do seu irmão veio depois. O grande vitorioso nesta história foi o Norte. O Sul não teve nenhum representante partidário de prestígio no ministério. Encabeçando a turma do Norte, veio o senhor Antônio Carlos Magalhães. E o primeiro ataque ao presidente Collor não veio do seu irmão, mas sim do próprio ACM.

Essa é uma questão que temos que nos perguntar, senão não vamos entender o futuro que se avizinha: qual é a jogada do senhor ACM ao atacar o senhor Marcílio e obrigar São Paulo, que é o estado mais prejudicado pela política de estabilização do senhor Marcílio, a assumir uma defesa do ministro, para impedir um atropelo completo do governo Collor, pelo senhor ACM? É esse o quadro da guerra. Em termos de governo Itamar, como se explica o apoio dos empresários de São Paulo ao ministro da Economia, que naquele momento defendia uma política econômica altamente prejudicial para São Paulo?

Outra coisa para se pensar é que, nesta briga do ministro com São Paulo e Bahia, a única arma que ele mostrou, no final, se deu em torno da reforma fiscal. A que que essa reforma fiscal se propunha? A ideia central da reforma é uma recentralização de recursos fiscais, uma vez que não há mais de onde retirá-los. Descentralizar o Estado é abandonar a ideia de um Estado alavancador, iniciador, desbravador, que se transfere a outros braços. A colocação de uma reforma fiscal neo-liberal nos faz pensar em um outro ponto: por que que o liberalismo, neste país, nunca andou, sempre tendo uma trajetória sinuosa e contraditória? Toda vez que começou pela descentralização acabou na centralização. E toda vez que começou na democratização, acabou no autoritarismo.

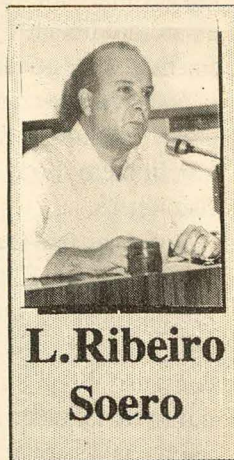
O senhor Itamar se encontrará com duas dificuldades, que estiveram por trás dessa derrocada do senhor Collor: primeiro, se ele se aproxima da base parlamentar, periga morrer na fragmentação, porque ele não tem como se desenvolver em todos os interesses; na reforma fiscal, se encontrará com a resistência dos estados e municípios; e na reforma eleitoral, para criar o parlamentarismo, encontrará a resistência óbvia, justa e indiscutível dos estados do Sul do Brasil, que tem uma supraparticipação de cinquenta representantes na Câmara, enquanto o Norte tem cinquenta a mais do que deveria ter.

Se se tratasse de criar um parlamentarismo consorcial para administrar uma massa falida zerada, não teria problema. Mas como é para administrar um imenso passivo, onde haverá de arbitrar quem paga, evidente que os estados disputarão. Não somente em torno dos recursos fiscais, mas também das cadeiras do parlamento. Então, as coisas mais fáceis que se pensa que o senhor Itamar fará serão as coisas mais difíceis.

O fato é que, nesse governo que nasce, qualquer ministro, de um extremo ao outro, coloca na mesma mesa seguir a reforma fiscal, fazer pré-fixação ou fazer dolarização. A solução mínima é que houvesse um governo com uma opção, entre essas três. Não há nenhuma novidade, nenhuma claridade.

Termino com as mesmas dúvidas: a primeira, se será possível mercantilização radical, num capitalismo arдил e desigual, sem solidariedade; a segunda, se será possível uma democratização radical, num país sem soberania; e a terceira, se uma opção radical pelo mercado e pela democracia, sem soberania, não é diretamente uma ameaça à unidade nacional e, portanto, à própria democracia.

“ A crise brasileira é muito maior do que essa crise política que nós estamos vivendo. Ela não é uma crise estritamente ética, mas se expressa pela falta de ética. Estamos presenciando no Brasil uma deterioração crescente do processo social, do processo produtivo, do setor econômico e, naturalmente, os seus reflexos no plano político. Estamos assistindo à predominância da lógica de ações de natureza voluntarista. O enfrentamento dos problemas do dia-a-dia funciona quase como um concurso de quem vai ser o prêmio Nobel da economia que vai engendrar aquele plano genial para resolver todos os problemas. E permite também ações voluntárias de natureza política, para obter resultados de curto prazo, junto à população.



L. Ribeiro Soero

Nessa lógica de curto prazo, ouvimos promessas de ingresso no Primeiro Mundo, de que os problemas seriam resolvidos com um único tiro. Falou-se de um futuro em que o salário mínimo seria de de U\$ 500, e de uma reforma no Estado, que o tornaria menos pesado.

Foi-se acentuando, retoricamente, a palavra modernidade. Qual modernidade foi efetuada? Façam uma comparação da expectativa que se criou e os resultados que hoje se apresentam. O momento pede uma reflexão séria. Chega de retórica.

O país precisa se reestruturar. É preciso buscar uma retomada do crescimento a longo prazo, não denominada de planejamento estratégico, que acaba sendo sinônimo de coisas faraônicas. Mas uma lógica que permita a construção de um projeto de nação socialmente mais justo.

“ Vou me colocar entre o prof. Soero e o prof. Fiori, e, dessa posição intermediária, me fixar no papel e na experiência que tenho vivido entre vários empresários. Das questões que os dois professores colocaram, cabe ao novo tipo de empresário o papel preponderante. Acho que hoje se abre espaço ao engajamento do empresário, como cidadão. A participação dos empresários na passeata de 16 de agosto não foi predominante, mas eles estavam lá. Esse apoio, esse ato de assumir a cidadania foi importantíssimo.

As empresas brasileiras e bancos de investimento em geral que têm colocado no exterior ações e bônus, se viram assoladas por investidores estrangeiros que estão acompanhando toda a maturidade da nossa sociedade, que se acreditava inédita, vendo que nós estamos repetindo o que ocorreu no México há algum tempo atrás. Dou consultoria a várias empresas, e todas elas têm fila de espera para atender a investidores estrangeiros. Isso se chama visão.

O terceiro ponto que eu coloco é que é claro que essa nova coalizão de poder vai surgir do nome Itamar. Quem sabe se essa coalizão possa se dar, de

uma maneira positiva, através do que o senador Fernando Henrique Cardoso vem propondo como programa mínimo de governo? Ficou claro, por exemplo, que a eleição simultânea de presidente e vice presidente é indesejável. Estamos aprendendo, pela nossa experiência, que o vice também assume. Então, existe esse programa com essas questões. Acho que seria um caminho. E vou levar, na minha função, esse caminho aos empresários

Eu concordo com aquela provocação do prof. Fiori sobre o período de novembro de 91 e abril de 92, como sendo o período de uma lua-de-mel atrasada, ocorrida por resultados positivos. Em final de outubro, na questão cambial, houve um momento muito tenso em que o Banco Central veio a público e oficializou a sua saída do mercado de ouro, uma vez que se estava tendo uma queda de reservas. A partir daquele momento houve uma retração do BC no câmbio, e as reservas começaram a se recompor.

Por outro lado, o plano diretor do mercado de capitais já estava desenhado. Começou a ser implementado e, exatamente nessa época, ele mostrou os seus maiores defeitos. Defeitos altamente positivos. Passamos a ter uma entrada de capital estrangeiro e, entre esses capitais, muitos eram de brasileiros, que então resolveram trazer seus investimentos para o país, através dessa porta. Isso se deu pela alta política de juros no nosso governo, em contraponto com a política nos outros países, e a do empréstimo mais barato, o custo mais barato, pela internalização desse capital, que se encontrava no exterior, comparativamente à tomada de empréstimo do mercado interno.

Hoje, eu estou absolutamente convencida de que nós não teremos uma modificação real se ela for unilateral. Por mais que a questão do pacto social esteja esvaziada, esse é o caminho. Tenho a impressão de que uma mudança de mentalidade da equipe econômica, dessa ou de uma nova equipe, no sentido de incorporar na política de juros o efeito da taxa de juros nos custos de produção, isso já será efetivo se houver um entendimento desde o momento zero desse processo, pelo qual os agentes econômicos sejam levados a interpretar de maneira correta a redução da taxa de juros, no sentido de uma mudança assumida, compreendida, de fórum íntimo da política econômica.



Clarice Pechman

Sistema de Projeções Qualificadas CORECON-INSIGHT

A projeção de indicadores, feita a cada bimestre por meio de consulta a 17 economistas, tem como principal destaque a expectativa de inflação em queda e dólar variando abaixo da alta dos preços.

INDICADORES ECONÔMICOS		
5º Bimestre de 92	SETEMBRO	OUTUBRO
Inflação (IGP - FGV)	23,7%	24,63%
Taxa de Juros Real (1)	2,2 %	2 %
Taxa de Câmbio	22,2 %	22,6%
Dólar Paralelo (2)	6.941	8.652
Dólar Comercial	6.266	7.835
Produção Industrial	0,7%	0,7%
Superavit Comercial (US\$ milhões)	1,4	1,4
1991/1992		
Produto Interno Bruto	2%	
Taxa de Desemprego	6,8%	
PBK/PIB	15%	
Contas Governo/PIB (3)	Déficit	1,3%

(1) Descontada a TR do período. (2) Cotação no último dia do mês. (3) Resultado operacional.

INFLAÇÃO

A tramitação do processo de *impeachment* do Presidente da República no Congresso Nacional não deverá influenciar a taxa de inflação nos próximos meses. As taxas continuarão altas, com pequenas oscilações. O fantasma da hiperinflação continua, portanto, afastado. O sistema de Projeções Qualificadas do Conselho Regional de Economia (CORECON) prevê, para setembro, uma taxa de 23,7%, o que significa uma pequena queda em relação ao IGP-M de agosto da Fundação Getúlio Vargas, que registrou 24,63%. Para outubro, a pesquisa realizada pelos 17 economistas do Corecon projeta um índice de 24%.

Em agosto, a inflação medida pelo IGP foi de 25,54% - 3,85 pontos acima da de julho. É a segunda maior alta registrada pelo Índice Geral de Preços da FGV neste ano, perdendo apenas para os 26,84% de janeiro. Dados da Fipe também mostram que a inflação do mês passado foi a segunda maior do ano. O IPC ficou em 23,16% em agosto, contra 25,89% em janeiro.

JUROS

Os juros reais (descontada a TR do período) deverão registrar queda em setembro e outubro em relação à taxa praticada pelo mercado no mês passado, que chegou a 3,4%. A projeção dos 17 economistas ouvidos pelo Corecon foi de uma taxa de 2,2% para setembro e uma ligeira queda em outubro para 2%.

CÂMBIO

Os números apurados pelo Sistema de Projeções Qualificadas do Corecon sinalizam estabilidade para o câmbio nos meses de setembro e outubro. Não haverá variações significativas em comparação com a taxa de desvalorização cambial de 22,03% registrada em agosto. Em setembro o índice projetado é de 22,2% e em outubro, de 22,6%. A estimativa foi realizada com a participação de 15 economistas, verificando-se duas abstenções na tabulação.

DÓLAR PARALELO

Apesar da crise política, não haverá surpresas com a cotação do dólar no mercado paralelo, segundo as projeções realizadas pelo Corecon. A moeda americana fechou agosto cotada em Cr\$ 5.720,00 e continuará evoluindo abaixo da taxa de inflação no mês de setembro, suplantando ligeiramente as altas de preços apenas em outubro. No último dia de setembro o paralelo ficará em Cr\$ 6.941,00, com uma variação de apenas 17,2% em relação ao mês anterior. Em outubro deverá chegar a Cr\$ 8.652,00, acumulando uma variação de 24,6% em relação a setembro. A estimativa foi realizada com a participação de 16 economistas, verificando-se uma abstenção.

DÓLAR COMERCIAL

Da mesma forma que o paralelo, a cotação oficial da moeda americana não registrará grandes variações nos próximos dois

meses. Em setembro, segundo projeção do Corecon, o dólar comercial fechará o mês cotado em Cr\$ 6.266,00, o que significa uma variação de 22,2% em relação ao preço da moeda no último dia de agosto (Cr\$ 5.266,00). Em outubro, deverá alcançar Cr\$ 7.835,00, com uma evolução de 25,03% sobre a de agosto. Apenas um economista se absteve de projetar a cotação do dólar comercial.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

A produção industrial continuará positiva, mas revelando crescimento muito lento nos meses de setembro e outubro, segundo a apuração do Sistema de Projeções Qualificadas do Corecon. Para setembro, a projeção é de um crescimento da produção industrial dessazonalizada de 0,7%, mantendo-se o mesmo nível no mês seguinte. Houve quatro abstenções entre os 17 economistas ouvidos pelo Corecon.

SUPERÁVIT COMERCIAL

As trocas comerciais do Brasil com o exterior continuarão superavitárias, segundo os 17 economistas ouvidos pelo Corecon. Para setembro e outubro está previsto um superávit de US\$ 1,4 bilhão em cada um dos meses, suplantando, inclusive, o resultado registrado em agosto, de US\$ 1.008 bilhão.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

As estimativas do Corecon continuam apontando um crescimento para o Produto

Interno Bruto (PIB), este ano. Impulsionado pelo resultado do setor agrícola e das exportações, o PIB crescerá 2%, contra os 1,22% registrados no ano passado.

TAXA DE DESEMPREGO

Confirmando todas as previsões, a taxa de desemprego aberto continuará alta em 1992. Os números do Sistema de Projeções Qualificadas do Corecon praticamente repetem a previsão realizada na primeira pesquisa, envolvendo os meses de julho e agosto. O país fechará o ano com uma taxa de 6,8%. Ano passado o desemprego aberto em São Paulo, medido pelo IBGE, ficou em 5,5% enquanto no Rio de Janeiro a taxa foi de 3,6%.

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL

A Formação Bruta de capital ficará em 15,8% do PIB, ampliando muito pouco o nível registrado ano passado, considerado o mais baixo da história do país (15%). O resultado reflete as incertezas na economia, que desestimulam a realização de novos investimentos.

CONTAS DO GOVERNO

O Sistema de Projeções Qualificadas do Corecon prevê déficit operacional de 1,3% este ano. Três economistas consideram, no entanto, que o governo poderá conseguir um superávit de 2%. Dos 17 economistas consultados, dois se abstiveram de fazer previsões sobre as contas governamentais.

OBSERVAÇÕES:

a) Projeções feitas durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do "caso PC".

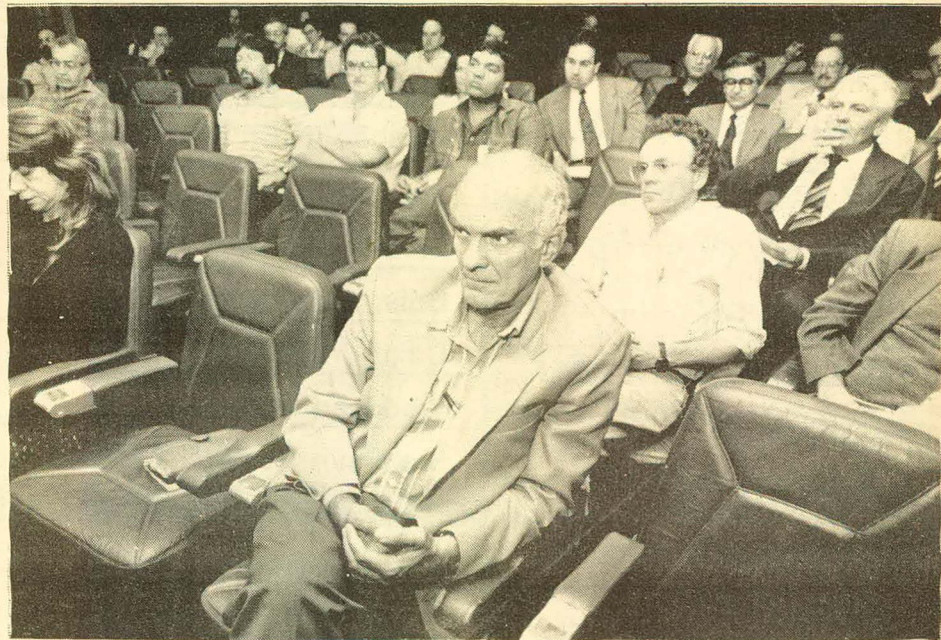
b) Fontes para os indicadores econômicos passados: revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, o Departamento de Comércio Exterior do Banco do Brasil e o Banco Central.

c) Economistas Consultados: Célio Lora (Price Waterhouse); Antônio Carlos Porto Gonçalves (FGV); José Márcio Camargo (PUC - RJ); Rodrigo Quental (Cia. Vale do Rio Doce); Ademar Mineiro (IBASE); José Eduardo Carvalho Pereira (BNDES); Roberto Castelo Branco (Banco Arbi); Reinaldo Gonçalves (UFRJ); Eduardo Scaletsky (DIEESE); Gil Pace (GPC Consultores); José Cláudio Ferreira (IPEA Cândido Mendes); Cláudio Contador (Coppe/UFRJ); Cláudio Considera (IPEA) e Sérgio Werlang (FGV).

O impacto negativo das medidas liberalizantes sobre a economia

O reflexo negativo que a abertura econômica terá sobre o país foi o consenso entre os debatedores reunidos pelo CORECON e o Clube de Engenharia, no mês de setembro.

O tema mobilizou os participantes e uniu pensamentos de formação tão distinta quanto os do ex-secretário de Ciência e Tecnologia, Bautista Vidal, do engenheiro Darck Costa, do clube de engenharia, e do general Newton Cerqueira. A seguir, a transcrição resumida da palestra dos participantes do debate.



Bautista Vidal

"**C**omo uma nação tão rica vive na desgraça? Hoje, para um brasileiro ter o direito de frequentar um hotel de categoria média internacional, ele precisa gastar o equivalente a 30 toneladas de minério de ferro, para ganhar o direito de dormir num hotel desses, sem café da manhã. A safra de grãos do ano passado - cerca de 70 milhões de toneladas de grãos, em que cada tonelada corresponde à alimentação de quatro ou cinco pessoas por um ano - daria para alimentar 280 milhões de pessoas. Além disso, nós somos o maior produtor de açúcar, caloria, energia. Somos o primeiro produtor de mandioca e milho, segundo maior produtor de cacau, segundo maior exportador de alimentos não-industrializados. E isso usando apenas 12% do nosso território. Somos apenas 130 milhões, e temos 40 milhões passando fome. No ano passado foram assassinadas 400 mil crianças no país.

Nós vendemos a energia de

Tucuruí por cerca de 42 dólares o megawatt/hora. Custo internacional: 52 dólares. Estamos vendendo a dez, doze, sete dólares a tonelada de minério de ferro, que nos custa dezoito dólares. A complexidade desse panorama me levou a procurar causas, o que resultou em dois livros: "Estado servidor da nação soberana" e "Soberania e dignidade, raízes da sobrevivência", para que essas questões fossem colocadas em debate e submetidas ao crivo da opinião pública. Tive poucos resultados, e me alegro de estar aqui, porque, depois de anos, essas questões começam a ser debatidas. Nessa busca de causas, eu vejo dois pilares. Primeiro, o sistema financeiro internacional, do qual nós fazemos parte. Pela dinâmica estabelecida, ficou determinado que, ao invés de uma moeda de compensação, uma nação forte impõe às demais a sua própria moeda. É uma anomalia sem tamanho. Como pode haver uma moeda nacional, que resulte exclusivamente da moeda de um dos países membros de uma

comunidade internacional? As consequências disso vieram ao longo do tempo. Em 1970, detendo grandes reservas dessa moeda internacional, o general De Gaulle exigiu a compensação da única coisa realmente decente, que era a paridade dessa moeda com o lastro do ouro. Mas isso não deu. Todo mundo sabe o que aconteceu depois disso com De Gaulle, e Nixon se manifestou dizendo que o dólar não tinha nenhuma relação com o ouro.

No ano de 1974, com as importações de 50% do petróleo que os EUA necessitam, em plena crise do petróleo, houve um déficit de US\$ 40 milhões. Quase por milagre, aquele déficit foi transformado em superávit de US\$ 50 milhões. Ocorreu então a rebelião das grandes corporações de petróleo internacionais, que conduziu ao processo que está se refletindo dentro do poder norte-americano, em que as grandes corporações inglesas e norte-americanas não toleravam mais aquele apogeu da indústria automobilística, que exigia o barril de petróleo a menos de

dois dólares. Houve uma mudança interna no poder e, das vinte empresas anteriores, apenas uma, e Exxon, era companhia de petróleo. Pouco depois, nove eram empresas de petróleo. O poder passou de Detroit para Huston.

No processo de importação dos 50% de petróleo de que precisam, os EUA pretendiam continuar pagando naquela moeda o petróleo que recebia. Foi quando companhias de petróleo disseram não. Montou-se o famoso acordo do eurodólar, através do qual passou-se a ter lastro das nações mais ricas do Terceiro Mundo. Hoje, os dados recentes, de 89, são assustadores. As relações de troca de bens e serviços estão em torno de US\$ 3 trilhões. O produto bruto mundial, em torno de US\$ 20 trilhões de dólares. Só o eurodólar circula US\$ 110 trilhões. Simultaneamente, em 1972, vivenciava-se a impossibilidade das nações hegemônicas, altamente consumidoras, prosseguirem em seu nível de consumo, dado as reservas limitadas de uma gama de produtos

não-renováveis, inclusive os de nível energético, como o petróleo. Se a lei de oferta e procura valesse, deveria ter havido uma subida violenta no preço desses produtos em escassez.

Deu-se exatamente o contrário. No ano de 1978, esses minerais estratégicos não-renováveis e absolutamente cruciais representaram, nos dados que se têm, 0,7% do Produto Bruto Mundial. Uma absoluta insignificância. Os preços de todas essas matérias-primas foram caindo e continuam caindo até hoje. Em 1985, o preço do cobre e do chumbo chegou a ser menor que em 1932, quando o mundo estava barato. Então o "papel pintado", que deveria representar riqueza, foi perdendo a ligação com o que deveria simbolizar. De um meio, passou a ser um fim. Quando houve a guerra com Saddam Hussein, todo o sistema internacional iria se desmoronar, já que a troca de papel pintado por riqueza real deixou de ter valor.

Como as nações hegemônicas dependem crucialmente do petróleo, se manteve o sistema com o uso da força, do poderio militar. A partir daí ficou claro o ponto fraco dessas nações hegemônicas, todas elas dependentes de uma energia fóssil que está se esvaindo, ao contrário dos países dos trópicos, que não dependem crucialmente deste tipo de energia, por poderem contar com outras alternativas. Os EUA têm em seu território petróleo para mais 5 anos. A Alemanha está no mesmo caminho. O Japão, sem petróleo, vira uma sucata. Há vinte anos eu escutei o presidente de um dos mais conceituados institutos de energia dos EUA dizer que está cansado de afirmar ao governo americano que aquela sociedade estava caminhando para um abismo, pois se apoiava numa energia que se esvai.

Simultaneamente a essa questão há o efeito "estufa", provocado

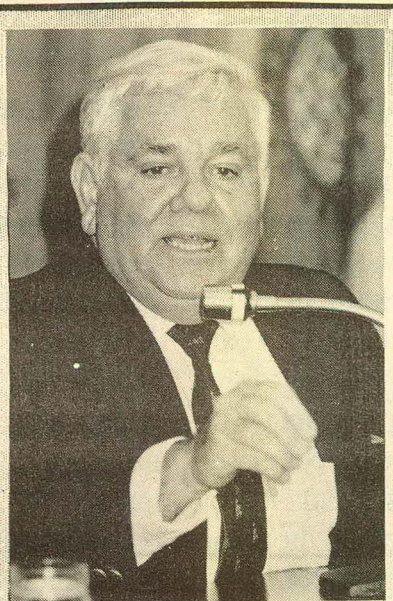
principalmente pelos combustíveis fósseis. A perspectiva é de que no ano 2000 esteja-se jogando 16 bilhões de toneladas de gás carbônico na atmosfera. É absolutamente necessário reduzir em 90% o uso de carvão mineral na Terra. Acontece que 83% do consumo de energia nos EUA dependem do carvão mineral.

Aqui nos trópicos, temos uma fonte de energia diária muito forte, que é o sol. Um dia de sol é capaz de gerar a energia de 300 mil usinas de Itaipu, funcionando 24 horas. Essa realidade tem sido ignorada pela sociedade brasileira. Eu saí da faculdade de engenharia convencido de que o Brasil era um país inviolável porque não tinha carvão mineral. Nós nos vimos envolvidos em uma simbologia fraudulenta de taxa de câmbio, mercado flutuante. Tudo isso envolve um sistema que resulta na venda de um açúcar

mais barato, de um trigo, uma mandioca, da venda de todo o nosso potencial por nada. Enquanto que as pessoas aqui não têm o que comer. Neste contexto, que é realmente rico em termos de energia, de riquezas naturais, não se pode sobreviver. Evidentemente que os dirigentes das nações hegemônicas vêm isso. E eles vêm na Amazônia uma área de sobrevivência.

Para mim, a questão da moeda forte internacional ser a mesma

moeda forte de um único país hegemônico é importantíssima. Enquanto nós não nos livrarmos dela, podemos pagar ou não a dívida, porque o sistema continua operando, podendo fabricar a dívida, quando e como quiser. Então, nessas condições, qualquer crescimento fica absolutamente impossível.



"Nosso modelo de crescimento econômico é dependente de tecnologia externa. Não é um modelo de desenvolvimento"
Bautista Vidal

A segunda evidência, de uma causa primeira, é a natureza do nosso modelo de crescimento econômico dependente, longe de ser modelo de desenvolvimento. Temos que ter em mente que o crescimento não é, em si, uma questão positiva. Não é porque um país cresce que isso deve ser visto com bons olhos. Como é que esse crescimento se dá é a questão. A segunda causa está ligada nesse crescimento econômico, baseado na dependência em tecnologia externa - os pacotes de poder,

que são as equações tecnológicas. Um Fusca 1200, que nem se fabrica mais no Brasil, tem 27 mil itens. Como é que nós entregamos 27 mil decisões estratégicas aos outros?

E isso em todas as áreas. Nós detemos 98% das reservas mundiais de nióbio, um dos metais mais estratégicos propostos nos dois milênios. E não usamos. Uma só mina de nióbio, encontrada em Araxá, com até 8 milhões de toneladas de metal,

a US\$ 80 mil a tonelada, representa um patrimônio de US\$ 480 bilhões de dólares. Um levantamento antigo mostra que há 47 mil jazidas de nióbio no Brasil. Um país com uma mina nesse valor, com uma dívida de US\$ 120 bilhões de dólares, falsa ou não, está impedido de pagar essa dívida e crescer.

Com esse mito da tecnologia de ponta, fomos buscar no Japão, um país que não tem minério de ferro e nem carvão vegetal, os pacotes tecnológicos para montar a nossa indústria de siderurgia. Mesmo assim, faço um parêntese: a Usiminas é a 2ª empresa siderúrgica mais eficiente do mundo. E a sociedade brasileira ignora esses fatos, porque o nosso modelo é de crescimento industrial dependente.

Para se ter um fator de produção satisfatório, se faz necessário somar a alegria de viver de um povo. Esse modelo econômico que nos rege não satisfaz a ansiedade do povo brasileiro, em que as necessidades básicas não são supridas. Nenhuma nação é idiota para ceder poder. Poder não se cede, poder se conquista. E quem abre mão do seu poder de sobrevivência, não merece viver. Nós, sociedade brasileira, estamos tomando historicamente essa postura, salvo o período entre as duas grandes guerras quando mostrou-se, com toda categoria, que nós somos um povo que queremos viver - aquele vácuo de poder que se formou no início de um projeto nacional, cheio de falhas e conflitos, mas que marchava em uma direção - e que nós íamos chegar lá. Dez anos depois, vem um modelo de crescimento econômico que desmontou as grandes estruturas tecnológicas que fundamentam a natureza neocolonial. A sociedade brasileira precisa ir a fundo nessas questões, se não nossa sobrevivência estará inviabilizada.

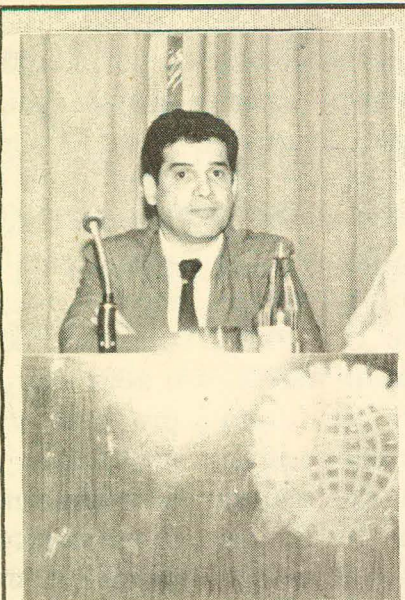
Darck Costa

"O Brasil, hoje, encontra-se mais uma vez diante de uma encruzilhada.

Ou ele retoma a idéia de ter um projeto nacional, ou segue o projeto dos outros. Entre 1930 e 1980 nós saímos de uma economia decadente de café e chegamos como a oitava economia do mundo. Prova de que tínhamos a consciência de que devíamos nos desenvolver. Isso

vinha incutido nas idéias da Aliança Nacional Libertadora, que veio fazer a Revolução de 30. Esse projeto, no qual o Brasil se apoiou neste meio século, era em cima de um tripé: a industrialização; o corolário natural da industrialização, que é a urbanização; e a intervenção estatal na economia, toda vez em que o processo de industrialização estivesse ameaçado. Em todos os governos, até hoje, esse tripé sempre foi respeitado, sempre foi consenso.

O projeto de reconversão é simples. Ele se transformou em uma panacéia em toda a América Latina. Na verdade é a volta do antigo liberalismo do século XIX, que se baseia na antiga idéia das vantagens comparativas. Onde o Brasil é competitivo ele deverá ficar. Onde não é, deverá sair. E os lugares em que podemos ficar são escolhidos a dedo, bem longe da tecnologia. Isso vai nos exigir



"Estamos diante de uma encruzilhada. Ou retomamos um projeto nacional ou seguimos o projeto dos outros"
Darck Costa

a destruição de ativos que nos custaram muito para serem montados. O resultado disso é o que temos hoje desemprego, fome e recessão. Nos lugares em que nós podemos atuar, estamos vendo também essas consequências, já que a mão-de-obra está sendo afastada, porque dizem que as empresas, hoje, para serem competitivas, devem ter alta tecnologia. O mais interessante é que essa volta do liberalismo vem acompanhada

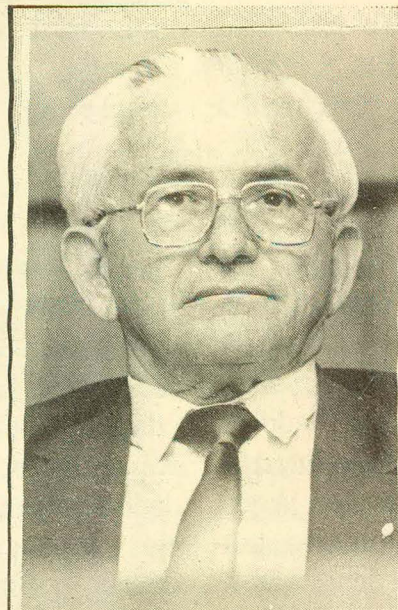
de outras falácias. Primeira coisa: nós temos que abandonar o nosso orgulho nacional - o carro que é feito aqui é uma carroça, e por aí vai; a segunda imposição é da nossa impossibilidade de aplicarmos uma política creditícia independente. Portanto, ficamos incapazes de comandar a emissão de nossa moeda e de realizar os investimentos que acharmos prioritários. Todos os acordos com o fundo monetário são pautados nessa linha. Outra coisa interessante que se observa é

a sistemática campanha contra o papel das Forças Armadas, que, na função de zelar por nossa soberania e dignidade, devem passar a cuidar de narcotráfico e outras questões que eles acham mais relevantes. Com isso procura-se destruir a identidade nacional. Se nós não temos moeda, não temos Forças Armadas, não temos país. Junte-se a isso a necessidade de se destruir

o Estado, pois ele é um estorvo para o nosso desenvolvimento. Ele não é visto, por essa doutrina, como um instrumento aglutinador de um Projeto Nacional. Isso é correto? Como resposta, eu coloco que todos esses países que nos submetem têm um projeto nacional.

Gen. Newton Cerqueira

"E u me sinto transitando no meu inferno asfáltico. Anda-se discutindo muito o papel das Forças Armadas. Ele sempre foi discutido, aliás. Sou de uma nação quase extinta, sou botafogense, e sou alagoano. E com muito orgulho. Esse é o meu inferno. Mas, por outro lado, eu tive o privilégio de ouvir o nosso "general" Bautista, um pouco com surpresa, por ver que estamos falando o mesmo linguajar. No início de sua explanação, o dr. Bautista citou Teotônio Vilela. Eu citaria Deodoro da



"Nossas Forças Armadas são profundamente nacionalistas. Há restrições externas ao nosso desenvolvimento"
Gen. Newton Cerqueira

territorial, etc. As novas idéias que estão surgindo na ONU, sobre soberania limitada e necessidade de criação de uma força multinacional, para agir sob o comando da ONU, tudo para construir uma nova ordem mundial. É claro que, atrás de tudo isso, existe o grande motor, que é a economia.

No caso brasileiro, dentro da ótica militar, podemos citar as restrições existentes quanto ao desenvolvimento de nossa tecnologia própria nessa área. Seja

negando a posse de equipamentos e alto nível de informática, como também a tecnologia de lançamento de satélites. E, sem dúvida, o conhecimento da energia nuclear, evitando que, através do conhecimento da tecnologia nuclear, para fins pacíficos, chegássemos ao seu conhecimento para fins bélicos. Todos nós somos homens de conhecimento para entender que uma coisa implica na outra.

Dentro desse quadro, as Forças Armadas se situam com todas as preocupações

que foram trazidas aqui; são profundamente nacionalistas. Devemos nos abster de qualquer tipo de conflito internacional. Ou até mesmo de integrar forças internacionais de paz. Devemos nos preocupar em manter as Forças Armadas em nível nacional, procurando resolver os problemas do nosso povo. E aí sim, buscar o nosso bem estar como povo civilizado.

Fonseca, que comemorou agora cem anos de morte. Nosso primeiro presidente da República, e primeiro presidente do Clube Militar.

Voltando ao tema, "A polêmica da abertura", nós visualizamos a posição do Brasil na conjuntura mundial, e lembramos alguns princípios básicos, como soberania, independência, de integridade

Crescimento e Estabilidade

Maria do Rosário Pizzo

A economia brasileira desenvolveu-se aceleradamente no pós-guerra, diversificando a estrutura produtiva, implantando setores industriais modernos e renovando a agricultura, os serviços e a infraestrutura.

O período de crescimento experimentado pelo País, até os anos 70, determinou mudanças significativas, não somente na escala, como também na estrutura da economia, que passou a ocupar uma posição de destaque na cena internacional, particularmente pela dimensão e diversificação de seu parque industrial.

Esse período de expansão no Brasil foi marcado por uma presença ativa do Estado na economia, seja pelos investimentos diretos - na década de 70 a participação do setor público na formação bruta de capital fixo ultrapassou, em alguns anos, 50% - seja pelo financiamento de recursos estrangeiros, cabendo ao setor financeiro privado suprir os fundos de curto prazo.

O Estado subsidiou o investimento privado; as Empresas Estatais produziram bens e serviços a preços baixos, representando todos esses incentivos até 7% do PIB.

A contribuição da poupança externa nesta fase foi importante. Entre 1970 e 1984, por exemplo, significou, em média, recursos para a formação de capital equivalentes a mais de 3,5% do PIB.

No entanto, a partir dos anos 80, a taxa histórica de crescimento, mantida em 7%, começa a declinar, consequência da redução das taxas de investimentos anuais, e a inflação acelera, atingindo níveis nunca antes experimentados no País, conforme pode ser visto pelos dados da tabela no centro da página.

Esses são alguns dos sintomas do quadro de dificuldades econômicas que o Brasil enfrenta, constituindo, provavelmente, a mais grave crise do desenvolvimento capitalista do País. Ela se apresenta sob a forma de um

Ano	PIB (US\$ bilhões)	Crescimento do PIB (%)	FBCF/ PIB (Preços de 80%)	Inflação IGP/DI
1981	170.509	- 4,4	21,0	95,2
1982	181.996	0,6	19,5	99,7
1983	181.434	- 3,4	16,9	211,0
1984	199.456	5,3	16,3	223,8
1985	223.167	8,0	16,4	235,1
1986	244.463	7,5	18,7	65,0
1987	262.381	3,6	17,9	415,8
1988	270.407	- 0,1	17,0	1037,6
1989	292.455	3,2	16,7	1782,9
1990	294.068	- 4,0	16,0	1476,6
1991	n.d.	1,3 (*)	n.d.	496,2

n.d.- Não disponível (*) - Estimativa do IPEA
Fonte: IBGE - Departamento de Contas Nacionais.

desequilíbrio financeiro estrutural do setor público - uma profunda crise fiscal - mas corresponde, de fato, ao esgotamento do próprio padrão de expansão da economia.

Desde meados dos anos oitenta até agora, vários planos econômicos de ajuste foram tentados, todos com o objetivo de se obter a estabilização da economia, reduzindo a inflação, no curto prazo, para em seguida retomar o crescimento.

No entanto, entende-se que a superação dessa situação dramática, que atinge o setor público, e a retomada do crescimento econô-

mico brasileiro, passam, necessariamente, pelo aumento da taxa de investimento e, portanto, da recuperação da capacidade de financiá-los.

Para esse fim é necessário realizar reformas estruturais, sendo a mais importante a privatização dos Serviços Públicos, que deve possibilitar a realização de investimentos na infra-estrutura do país, cujas deficiências afetam o desempenho da economia como um todo, além de alavancar o crescimento econômico.

A primeira pergunta a ser respondida é se o país será capaz de

recompor sua capacidade de poupança e investimento.

Ao longo das últimas duas décadas o Brasil fez um esforço enorme de poupança, que permitiu uma formação de capital de até 25% do PIB. Mesmo estando o país mergulhado em uma crise profunda, o nível de investimento atual ainda é da ordem de 16%, mesmo sem a participação, desde 1982, de recursos externos novos.

Dessa forma, não parece que o País tenha uma incapacidade estrutural de poupar, o que não quer dizer que não terá que empreender um esforço em resposta aos desafios que tem pela frente: a reestruturação da infra-estrutura, a atualização tecnológica da indústria e a redução das desigualdades sociais e da miséria.

A questão não parece estar, pois, na insuficiência da poupança agregada. Existe, sim, um problema alocativo na economia brasileira, cuja solução representa a própria possibilidade de o País retomar o desenvolvimento econômico.

O conhecido professor Ignácio Rangel - autor de, entre outras obras, "A Inflação Brasileira", um clássico da literatura econômica - discute essa questão, propondo um modelo para o novo crescimento da economia brasileira, baseado em um padrão de investimento cuja força motriz seja o reequilíbrio entre o setor

público e o privado, no que se refere aos investimentos nos Serviços de Utilidade Pública.

Os modelos desenvolvidos por Rangel partem da idéia fundamental de que, na economia brasileira de hoje, existe um setor com capacidade ociosa na produção de bens, equipamentos e serviços e outra área carente de investimentos, a infra-estrutura, cujo encargo foi assumido pelo Estado nas últimas décadas.

Para se colocar a economia em marcha seria necessário transferir recursos do setor privado, que não encontra encomendas para ocupar a sua capacidade de produção para os serviços de Utilidade Pública, onde existe grande carência de investimentos e que representam ponto de estrangulamento para uma futura expansão econômica (transporte de carga e passageiros, portos, energia, telecomunicações).

Trata-se, de fato, da privatização desses serviços, mas através de um programa que se diferencia radicalmente dos derivados de uma visão ideológica com relação à presença do Estado na economia. Deve-se, na realidade, delegar parcela das atribuições, que originalmente seriam do setor público, para grupos privados que assumiriam a concessão dos Serviços Públicos, guardando o

Estado sua condição de poder concedente, pela qual exercerá poder normativo em sua plenitude, inclusive de fiscalização e de fixação de tarifas.

O Estado deve continuar tendo um papel muito importante no próximo ciclo de crescimento do Brasil. A natureza da participação estatal é que deve ser diferente.

Será necessária uma ação governamental para desenvolver direta ou indiretamente a pesquisa tecnológica, participar em setores novos, de tecnologia avançada, regular a atividade econômica de forma intensa, complexa e seletiva no que se refere à política industrial.

Certamente, esse Estado deve investir muito mais na educação, saúde e, primordialmente, para reduzir a miséria no País, uma vez que do vigoroso crescimento industrial verificado nos últimos trinta anos não resultou a necessária integração dos setores sociais como objetivo central da política de desenvolvimento, agravando-se os contrastes na sociedade brasileira e acentuando-se a marginalização de grandes parcelas da população.

No entanto, a ação estatal na área social só poderá se concretizar caso haja a retomada do crescimento, pois ela não é independente da conjuntura econômica. Tanto a taxa de salário real como a

disponibilidade absoluta de recursos para os investimentos sociais, para citar apenas duas variáveis, dependem fundamentalmente da dinâmica macroeconômica.

Neste sentido, é importante o padrão de crescimento que o País venha a adotar. Uma política social que, em seu sentido amplo, contempla distribuição de renda - e não somente ações assistenciais para populações carentes - será tanto mais exitosa quanto maior for a base produtiva capaz de gerar bens de salário

Não se trata, pois, de promover um crescimento qualquer, mas sim aquele crescimento que proporcione à sociedade um conjunto de bens de elevada divisibilidade, isto é, bens acessíveis aos cidadãos comuns.

Por sorte, os setores hoje estrangulados e que podem vir a ser responsáveis por um crescimento sustentado no longo prazo, conforme já explicitado, são os Serviços de Utilidade Pública, a infra-estrutura. A sorte, referida, reside no fato desse setor, por suas características técnicas, aliar uma demanda por bens de alto custo unitário - hoje disponíveis na economia e com capacidade ociosa - à uma geração de bens altamente divisíveis.

Com efeito, os projetos de infra-estrutura, na sua implantação,

demandam equipamentos sofisticados, construção pesada, ao passo que, em operação, passam a produzir serviços tais como energia elétrica, transporte e saneamento, o que é compatível com a distribuição pretendida de renda.

Ao mesmo tempo, a implantação de alguns desses projetos pode resultar, diretamente, em crescimento dos salários reais. Por exemplo: a reformulação da matriz de transporte de carga do País pode reduzir significativamente o custo dos alimentos, que sofrem as consequências do ineficiente e inadequado sistema vigente.

A política industrial do atual governo, da mesma forma, depende da atualização da infra-estrutura, seja porque permite melhorar o nível de produtividade e competitividade da indústria, seja porque a realização desse bloco de inversões é capaz de dinamizar a economia, sem o que não terão êxito as medidas propostas, a modernização tecnológica, a melhoria de qualidade dos produtos, a implantação de setores novos, a maior abertura e integração com a economia internacional.

A forma de inviabilizar esse conjunto de investimentos, hoje, no Brasil, é através da participação do investimento privado, utilizando-se o regime de Concessões de Serviços Públicos.

CONCURSO

3º Prêmio de Monografia CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA CORECON-RJ-1992

O Prêmio de Monografia Conselho Regional de Economia - 1ª Região/RJ, instituído em 1990, tem por objetivo premiar os melhores trabalhos de conclusão de Cursos de Graduação em Economia dos estudantes de instituições fluminenses.

Podem concorrer trabalhos concluídos nos dois últimos semestres, ou seja, do 2º semestre de 1991 e do 1º semestre de 1992, indicados pelo Departamento de Economia dos respectivos cursos.

1º Prêmio - Cr\$ 5.800.000,00*

2º Prêmio - Cr\$ 2.900.000,00*

3º Prêmio - Cr\$ 1.450.000,00*

* Esses valores serão reajustados com base na variação da TR, até o mês do pagamento do prêmio.

As inscrições deverão ser efetuadas no **CORECON-RJ** (Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Centro), entre os dias **15/09/92 e 15/10/92**. Os trabalhos deverão ser entregues em **5 (cinco) vias datilografadas**.

Porque votar no Movimento de Renovação dos Economistas

O atual quadro político impõe para todos os segmentos do povo brasileiro um imenso esforço para construir uma sociedade baseada na ética e na justiça. Por esse motivo, nós, economistas candidatos ao terço que se renova no CORECON, organizados em torno da chapa **MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO DOS ECONOMISTAS**, tornamos pública nossa posição com relação ao difícil momento por que passa a sociedade brasileira e apresentamos nossos compromissos de trabalho para o triênio 93-95.

A descrença, que no primeiro instante tomou conta dos brasileiros foi paulatinamente dando lugar a um sentimento de revolta que, mobilizando amplas camadas da nossa população, já permite que se sonhe com a única solução possível para a presente crise brasileira: o afastamento do presidente da República e a aplicação do rigor da lei para todos os envolvidos.

Entretanto, além desse episódio singular e pleno de simbolismo, podemos vislumbrar um processo muito mais rico em termos de nossa História. Sem dúvida, esta triste crise serviu para afirmar as instituições democráticas como aquelas capazes de resolver os profundos e anacrônicos problemas que persistem em nossa sociedade.

Por esse motivo, registrando que temos plena consciência de nossas limitações e do caráter polêmico e socialmente condicionado das distintas posições assumidas pelos economistas - o que torna a economia refratária a qualquer unanimidade -, convidamos os colegas a se prepararem para uma estratégica discussão sobre um novo projeto nacional de desenvolvimento, necessário à construção de um grande país.

Neste processo, cabe-nos, tão somente, como economistas, apresentar de forma clara e honesta nossos pontos de vista, sabendo, no entanto, que a escolha é um atributo inalienável da sociedade.

Neste sentido, o **MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO DOS ECONOMISTAS**, consolidando bandeiras que carrega desde sua criação na década de 70, amplamente discutidas entre os vários segmentos de economistas propõe-se a desenvolver o seguinte programa:

1. mobilizar e unificar os economistas do Rio de Janeiro para, junto aos demais foros regionais e nacional, construir um projeto articulado de desenvolvimento que sirva de instrumento de unificação da economia nacional e nele se baseie;

2. dar continuidade à busca de alternativas para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Rio de Janeiro, promovendo debates periódicos com este fim;

3. formar Grupos de Trabalho. O GT é uma forma de participação dos associados na vida do conselho, consistindo na reunião, livre e voluntária, de economistas com interesses comuns no estudo de algum tema. Na experiência do MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO DOS ECONOMISTAS, registra-se a formação de inúmeros GTs, destacando-se: Grupo de Trabalho de Política Salarial, Sistema Financeiro, Economia Internacional, Conjuntura, Economia Fluminense, etc.. A cada Grupo de Trabalho serão garantidos: disponibilidade da sede para as reuniões, liberdade de fixação e definição de sua organização interna e objeto de estudo e o direito de se expressar sobre os temas de sua competência nas publicações do CORECON-RJ;

4. elaborar um Boletim dos Estudantes de Economia, colocando juntos aos Centros Acadêmicos a infraestrutura do Conselho para sua viabilização;

5. dar continuidade ao processo de formação e valorização profissional do economista hoje em desenvolvimento no CORECON, com a constante adequação do currículo de economia nas escolas e a ampliação dos cursos de extensão e reciclagem;

6. editar uma revista especializada na divulgação de temas econômicos;

7. priorizar a realização de cursos regulares e seminários sobre temas relevantes promovidos pelo Conselho em conjunto com as escolas de Economia do Estado;

8. aprofundar e revitalizar o banco de emprego dos economistas, com cadastro informatizado e de fácil acesso ao interessado;

9. fortalecer a relação com as delegacias regionais, num projeto de interiorização das atividades regulares promovidas pelo Conselho; e, finalmente,

10. dar continuidade ao trabalho do CORECON com vistas à unificação das entidades representativas dos economistas (CORECON, Sindecon e IERJ), revitalizando a Casa dos Economistas do RJ, na defesa dos interesses específicos da categoria e no seu engajamento nas lutas da sociedade civil em conjunto com as entidades representativas de outras categorias profissionais (OAB, ABI, Clube de Engenharia, etc.).

Movimento de Renovação dos Economistas: Chapa 1

Delegado Efetivo: **Maria da Conceição Tavares**

Delegado Suplente: **Marcio Henrique**

Conselheiros Efetivos:

Hélio O. Portocarrero de Castro

José Roberto Correia Soero

Luiz Antonio Rodrigues Elias

Ronaldo Raemy Rangel

Renato Luiz Mello de Oliveira

Carlos Aguiar de Medeiros

RENOVAÇÃO DO CONSELHO

CORECON convoca categoria para eleições em outubro

É com grande satisfação que convido os colegas a participarem das eleições de renovação do 1º terço, marcadas para o dia 29 de outubro de 1992.

A participação dos senhores é de fundamental importância, não só para aumentar a representatividade daqueles colegas que exercerão, por três anos, a função de responder pela categoria, como também para incentivá-los a construir uma gestão democrática e voltada para a defesa dos interesses da sociedade e de nossa classe.

Alerto, entretanto, que a participação eleitoral pressupõe que o economista esteja em dia junto ao Conselho, o que, como sabemos, é uma imposição legal.

Carlos Lessa

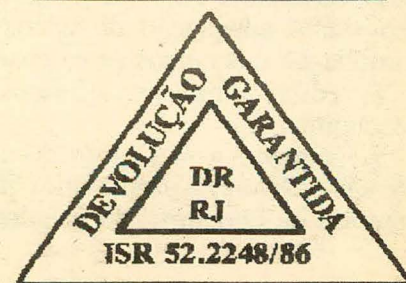
Presidente do Conselho Regional de Economia / RJ.

ANUIDADES:

O CORECON, ciente das dificuldades por que passam os economistas, manterá, até o dia 23 de outubro, um plano especial para a quitação das anuidades atrasadas.

PROCURE O CONSELHO.

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52.2246/86



IMPRESSO